



## CONCORRÊNCIA

001/2026

### CONTRATANTE

Município de Itabela

### OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada, no regime de Contratação Integrada, para elaborar Estudos Preliminares, Projeto Básico e Projeto Executivo e, na sequência contratual, executar a obra de 50 unidades habitacionais unifamiliares térreas no Município de Itabela/BA

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.759.995,74 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos)

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

### MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	5
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
8. DOS RECURSOS .....	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



## EDITAL CE 001/2025

**Município de Itabela**  
**CONCORRÊNCIA Nº 001/2026**  
Processo Administrativo nº001/2026

**O MUNICÍPIO DE ITABELA – ESTADO DA BAHIA**, por intermédio do Agente de Contratação Gionara de Souza Pinha e Equipe de Apoio, designados pelo **Decreto nº 258/2025** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, no regime de execução de **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, adotando o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

O certame será regido pela **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (especialmente o art. 28, II, e art. 46, inciso V), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 (se o município aderir ao sistema federal, caso contrário, citar decreto municipal), Lei nº 14.770/2023, e subsidiariamente pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **Contratação de pessoa jurídica especializada, no regime de Contratação Integrada, para elaborar Estudos Preliminares, Projeto Básico e Projeto Executivo e, na sequência contratual, executar a obra de 50 unidades habitacionais unifamiliares térreas no Município de Itabela – BA**, conforme especificações técnicas e parâmetros de desempenho constantes no **Anteprojeto** e demais anexos deste Edital.

**1.2.** A execução contratual abrange a entrega do objeto em condições de plena funcionalidade e operação incluindo todos os testes, licenças e aprovações necessárias junto à concessionária de energia e demais órgãos competentes.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar desta **CONCORRÊNCIA** os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **licitanet** e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**2.4.** A participação de microempresas e empresas de pequeno porte é permitida, concorrendo em igualdade de condições com os demais licitantes.

**2.4.1.** Considerando que o valor estimado da contratação é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **NÃO SERÁ APLICADO** o tratamento favorecido,



diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 (como a preferência em caso de empate ficto), em estrito cumprimento ao disposto no **art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

## **2.5. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** Autor do **ANTEPROJETO**, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do **ANTEPROJETO**, ou empresa da qual o autor do anteprojeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

**2.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante.

## **2.6. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

**2.6.1. Será admitida** a participação de empresas reunidas em consórcio, devendo ser observadas as seguintes condições:

a) Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) Apresentação dos documentos de habilitação de cada consorciada;

d) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.



**2.7.** O disposto nos itens **2.5.2 e 2.5.3** não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo (Contratação Integrada), conforme § 4º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

**2.8.** A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o Valor Global ofertado para a execução do objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. O simples cadastramento da proposta no sistema implica: 3.3.1. O pleno conhecimento e a aceitação integral dos termos deste Edital, em especial do Anteprojeto e da Matriz de Alocação de Riscos; 3.3.2. A responsabilidade do licitante pela exequibilidade do valor global ofertado para a entrega da solução completa ("chave na mão"), contemplando a elaboração dos projetos (básico e executivo) e a execução das obras, não cabendo alegação posterior de desconhecimento das condições técnicas.

3.4. A apresentação da Proposta de Preços Detalhada (Planilha Orçamentária Sintética e composições) não será exigida nesta fase inicial, devendo ser encaminhada apenas pelo licitante melhor classificado, após o encerramento da etapa de lances, no prazo estabelecido para a fase de julgamento/aceitabilidade.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



3.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.8.1. A declaração de que trata o item 3.8 servirá para fins de registro, contudo, em razão do valor estimado da contratação superar a receita bruta máxima de EPP, não serão aplicados os benefícios de tratamento diferenciado (como empate ficto ou exclusividade), conforme dispõe o art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 ou 3.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: 3.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e 3.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor Total Global para a execução completa do objeto (projetos + obra);

4.1.2. Descrição do objeto, contendo a indicação de que se trata de execução sob o regime de Contratação Integrada, conforme especificações do Anteprojeto e Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, elaboração dos projetos (básico e executivo), encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, seguros, riscos previstos na Matriz de Riscos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que não haja vedação legal para a atividade de engenharia ou para o porte da empresa em razão do faturamento.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anteprojeto, o Termo de Referência e a Matriz de Riscos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas, projetos e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais (SINAPI/SICRO), considerando a data-base do orçamento estimado da Administração.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e





da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Global** do objeto.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Se a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato.

5.14. **DA NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO FAVORECIDO (LC 123/2006):** Em razão do valor estimado da contratação ser superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **não será aplicado** o benefício de empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme determina o **art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

5.15. Havendo eventual empate real entre propostas ou lances (fase fechada), o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.15.1. Disputa final, com nova proposta em ato contínuo;

5.15.2. Avaliação do desempenho contratual prévio;

5.15.3. Ações de equidade entre homens e mulheres;

5.15.4. Desenvolvimento de programa de integridade.

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**5.16.1.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie via sistema a Proposta de Preços Readequada ao último lance, que deverá obrigatoriamente conter:

a) Planilha Orçamentária Sintética: discriminando separadamente os custos para a elaboração dos projetos e os custos para a execução integral da obra;

b) Cronograma Físico-Financeiro de Metas e Eventos de Pagamento: estruturado por marcos de entrega mensuráveis, conforme as etapas definidas no Termo de Referência, sendo vedada a aferição por simples medição de insumos;

c) Composição Detalhada do BDI: vedada a incidência de BDI de obras sobre os custos de projetos;

d) Proporcionalidade de Preços: aplicação do percentual de desconto obtido no lance final de forma linear sobre todos os itens da planilha de referência (SINAPI 09/2025), a fim de manter o equilíbrio e evitar o "jogo de planilhas".



- e) Limite de Projetos: o valor destinado à elaboração dos projetos (básico e executivo) deve guardar compatibilidade com os preços de mercado, ficando limitado a, no máximo, 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, visando evitar o adiantamento desproporcional de pagamentos (*front-loading*).

**5.16.2.** Recebida a proposta ajustada, o Agente de Contratação submeterá a documentação à análise da equipe técnica de Engenharia, que emitirá parecer fundamentado para aferir:

I. Exequibilidade: análise dos custos unitários e globais frente à capacidade de execução no prazo estipulado;

II. Conformidade com o Anteprojeto: verificação se a solução técnica proposta atende aos requisitos de desempenho (NBR 15575), áreas mínimas (59,04 m<sup>2</sup>) e padrões de acabamento exigidos;

III. Aderência à Matriz de Riscos

IV. Verificabilidade das Metas: análise se as etapas de pagamento propostas permitem a aferição clara pela fiscalização antes da liberação de qualquer fatura.

**5.17..** Após o aceite técnico definitivo, o Agente de Contratação declarará o vencedor da fase de lances e iniciará a fase de julgamento dos documentos de habilitação.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. conter vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas e parâmetros de desempenho contidos no Anteprojeto e Termo de Referência;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido pela Administração;

6.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;

6.5.5. apresentar desconformidade insanável com as exigências deste Edital e seus anexos.

Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

6.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, via sistema eletrônico, a Proposta Readequada e a Planilha Orçamentária Sintética com os respectivos valores adequados ao valor final de seu lance.

6.7.1. Por tratar-se de Contratação Integrada, a planilha deverá discriminar separadamente os custos para elaboração dos projetos (Básico e Executivo) e para a execução das obras, além do detalhamento do BDI e Encargos Sociais.



6.7.2. Os preços unitários apresentados servirão exclusivamente para balizar o cronograma físico-financeiro de metas e para eventuais aditamentos contratuais previstos na Matriz de Riscos.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço global.

6.9. Para fins de análise quanto ao cumprimento das especificações, o Agente de Contratação poderá colher manifestação escrita do setor técnico da Secretaria de Planejamento de Itabela.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme segue:

### 7.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. registro comercial no caso de firma individual;

7.2.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

7.2.3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

7.2.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 7.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

7.3.3. prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.4. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);

7.3.5. prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;



7.3.6. prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

#### **7.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:**

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

7.4.2. É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, devendo apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, no momento da apresentação da proposta.

7.4.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais encerrados, apresentados na forma da Lei, que comprovem a sua boa situação financeira, sendo vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios

7.4.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, deverá apresentar Balanço de Abertura nos termos da lei, sendo facultada a apresentação conjunta da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

7.4.5. No caso de empresa constituída há menos de 02 (dois) anos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício social encerrado.

7.4.6. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.4.7. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.4.8. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

7.4.9. Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

7.4.10. sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



7.4.11. sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

7.4.12. Se necessária a atualização do Balanço e do capital social, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

7.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), Solvência Geral (SG) maiores que 1 (um), comprovados mediante o Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais encerrados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos anexo ao balanço, devidamente registrado.

## **7.5 Qualificação Técnica:**

7.5.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade, compatível com as atividades de engenharia civil, elétrica e arquitetura.

7.5.2. Qualificação Técnica operacional, apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, conforme segue:

### **Parcela A – Obras habitacionais (edificações residenciais)**

- Execução de obras residenciais/habitacionais com complexidade equivalente.

### **Parcela B – Drenagem urbana/microdrenagem**

- Execução de redes de drenagem (galerias, PVs, bocas de lobo, etc.).

### **Parcela C – Pavimentação**

- Execução de pavimento (asfáltico ou intertravado, conforme anteprojeto), incluindo base/sub-base e controle tecnológico.

### **Parcela D – Elaboração de projetos complementares**





- Comprovação de capacidade técnica para elaboração de projetos executivos complementares, especialmente: estrutural, elétrico e hidrossanitário, além de drenagem/pavimentação.

### 7.5.3. Comprovação por atestados

A licitante deverá comprovar, por atestados operacionais referentes à execução de:

1. **Obras residenciais com área mínima equivalente a até 50%** da área total do empreendimento a contratar (parâmetro a ser calculado e indicado no Edital a partir do anteprojeto e quantitativos);
2. Execução de **drenagem urbana** com quantitativos mínimos (a definir em metros de rede/quantidade de dispositivos, tomando como base o anteprojeto);
3. Execução de **pavimentação** com quantitativos mínimos (m<sup>2</sup> ou extensão, conforme anteprojeto);

7.5.4. Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA) da região a que estiver vinculado;

7.5.3.1 Qualificação técnica-Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

Além disso, exigir comprovação de que o **responsável técnico** indicado:

- a) já elaborou e foi responsável por **projetos complementares** (estrutural, elétrico e hidrossanitário);
- b) possui experiência compatível com a disciplina de drenagem/pavimentação.

**7.5.3.2.** Deverá apresentar equipe técnica mínima, sendo que o Responsável Técnico e os demais membros da equipe não poderão configurar em mais de uma função, na forma prevista do Edital, conforme quadro abaixo:

#### **Equipe técnica mínima**

- Engenheiro(a) Civil – responsável técnico geral (CRT/CREA ativo);
- Engenheiro(a) Civil/Geotécnico(a) – fundações e contenções
- Engenheiro(a) Eletricista (ou Engenheiro(a) Civil com atribuições) – instalações;
- Profissional habilitado para hidrossanitário;
- Profissional BIM/compatibilização (ou empresa subcontratada autorizada conforme edital);
- Assistente Social (CRESS) – TS.

7.5.3.3. A comprovação de vínculo profissional será efetuada por meio da apresentação da cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou ainda do contrato de trabalho ou prestação de serviços.





7.5.4. A comprovação de vínculo profissional dos técnicos indicados será feita mediante cópia da CTPS, contrato social, contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de contratação futura.

7.5.5. Admitir-se-á o somatório de atestados para comprovação das quantidades mínimas, bem como a participação em consórcio para suprir lacunas de acervo entre construtora e projetista, conforme previsto no item de Participação deste Edital.

7.5.6. Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais

7.5.8. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar das obras objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

8.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, desde que atenda a todas as demais exigências deste Edital.

8.2. A declaração do vencedor ocorrerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação e julgamento técnico da proposta readequada.

8.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e constatada a existência de restrição na regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, mediante justificativa.

8.4. A não regularização fiscal no prazo previsto acarretará a inabilitação do licitante, com a convocação do licitante subsequente, na ordem de classificação.

8.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Item 7 deste Edital ou por apresentá-los em desacordo com as especificações.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre. Na hipótese de vitória, para a assinatura do contrato, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e apostilados (Decreto nº 8.660/2016).

8.7. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO: A habilitação técnica será feita pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido para licitante individual, salvo se o consórcio for composto integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

8.8. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados por meio digital, via sistema eletrônico, em formatos que permitam a busca de texto e visualização nítida (preferencialmente PDF).



8.9. O licitante deverá declarar, no sistema, que atende plenamente aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações e dos documentos digitalizados apresentados, sob as penas da lei (Art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.10. O licitante deverá declarar, sob pena de inabilitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8.11. O licitante deverá declarar que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas e normas coletivas vigentes.

8.12. DA VISTORIA E CONHECIMENTO DO LOCAL: Por tratar-se de Contratação Integrada, o licitante deverá atestar que conhece as condições do local de execução das 50 unidades habitacionais.

8.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria técnica deverá agendar data e horário pelo e-mail: [obras.itabela@gmail.com](mailto:obras.itabela@gmail.com).

8.12.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento, assinada pelo seu Responsável Técnico, assumindo todos os riscos decorrentes das condições do local, não podendo alegar desconhecimento posterior para pleitear reequilíbrio econômico-financeiro.

8.13. A habilitação será verificada pelo Agente de Contratação mediante análise dos documentos inseridos pelo licitante na plataforma LICITANET.

8.14. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.15. Caso algum documento de habilitação obrigatório não tenha sido inserido no sistema, ou necessite de complementação, o Agente de Contratação poderá solicitar o envio via sistema no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, desde que se refira a condição pré-existente à abertura da sessão.

8.16. Após a abertura da sessão, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementar informações sobre documentos já apresentados ou para atualização de certidões cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas (Art. 64 da Lei nº 14.133/2021).

8.17. Na análise da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos ou sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada em ata.

8.18. Na hipótese de inabilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 10. DA GARANTIA DA PROPOSTA

- 10.1. Será exigida, no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, haja vista o objetivo de evidenciar a seriedade da oferta apresentada pelo licitante e assegurar a Administração de eventuais prejuízos, caso a assinatura do contrato não ocorra por parte do concorrente vencedor.
- 10.2. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, totalizando o montante de R\$ 67.599,57 (sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos)
- 10.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- 10.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 10.5. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021: a) Caução em dinheiro; b) Seguro-garantia; c) Fiança bancária.
- 10.6. Independentemente da modalidade escolhida, a aceitação da garantia está condicionada à apresentação do comprovante de efetivação ou pagamento, que deverá ser anexado ao sistema eletrônico juntamente com a proposta de preços.



10.6.1. Para fins de validação da garantia na modalidade caução em dinheiro, será exigido o comprovante de transferência ou depósito bancário efetivado, não sendo aceitos, sob nenhuma hipótese, comprovantes de agendamento bancário ou envelopes de depósito sujeitos à conferência.

10.6.2. No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, a apólice ou carta deverá estar acompanhada do comprovante de pagamento do respectivo prêmio ou da comprovação de sua vigência imediata.

10.6.3. Para depósito bancário/caução em dinheiro, o licitante deverá realizar o depósito na conta: Agência 4493-8, Conta Corrente nº 55008-6– CNPJ: 16.234.429/0001-83., Município de Itabela

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante ou contratado que:

11.2.1. Dar causa ao retardamento da execução do certame;

11.2.2. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente justificável;

11.2.3. Não assinar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato;

11.2.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.3. Pela execução das infrações descritas, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

11.3.1. Advertência: por faltas leves que não acarretem prejuízos significativos;

11.3.2. Multa: de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado;

11.3.3. Impedimento de licitar e contratar: pelo prazo de até 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo licitante;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, aplicada em âmbito nacional.



11.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

11.6. Nenhuma sanção será aplicada sem que seja garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [sai.io.org.br/ba/itabela/site/diariooficial](http://sai.io.org.br/ba/itabela/site/diariooficial).
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 13.11.2. ANEXO II – Ante projeto
- 13.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- 13.11.4. Anexo IV – Atestado de Visita Técnica (Opcional)
- 13.11.5. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.
- 13.11.6. - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 13.11.7. - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.



- 13.11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.11.9. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 13.11.10. - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.
- 13.11.11. - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 13.11.12. - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.11.13. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.
- 13.11.14. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 12h, através do e-mail: [licitacaoitabela@gmail.com](mailto:licitacaoitabela@gmail.com), ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.
- 13.11.15. Itabela/BA, 20/02/2026

**Ricardo de Jesus Flauzino**





## ANEXO I

### Termo de Referência

#### Contratação Integrada (Lei nº 14.133/2021)

**Objeto:** Construção de 50 (cinquenta) Unidades Habitacionais de Interesse Social e execução de Pavimentação com Drenagem no Município de Itabela/BA

**Modalidade:** Concorrência

**Regime de execução:** Contratação Integrada

**Critério de julgamento:** **Menor Preço** (global por lote/objeto, conforme definição no Edital)

**Modo de disputa:** ( ) Aberto ( ) Fechado ( ) Aberto e Fechado (definir no Edital)

**Tipo de empreitada:** Empreitada por preço global.

**Processo Administrativo nº:** \_\_\_\_\_

**Unidade Demandante:** \_\_\_\_\_

**Órgão/Entidade:** Prefeitura Municipal de Itabela/BA

**Local de execução:** Município de Itabela/BA (endereços e poligonais conforme Anteprojeto/Anexo)

### 1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente Termo de Referência disciplina a contratação de empresa especializada para, sob o regime de Contratação Integrada, elaborar projetos básico e executivos, promover as aprovações/licenças necessárias, e executar as obras e serviços de engenharia, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos, a realização de testes, comissionamentos e entrega final do empreendimento, abrangendo:

- a) Construção de 50 (cinquenta) Unidades Habitacionais de Interesse Social (UHs), com infraestrutura de apoio vinculada ao empreendimento, e
- b) Pavimentação com Drenagem (microdrenagem e serviços correlatos), em vias/trechos definidos no Anteprojeto, com todas as intervenções acessórias (sinalização, recomposição, dispositivos de drenagem, etc.).



Esta contratação está alinhada a iniciativa do Governo Federal/Ministério das Cidades, no âmbito de seleção do FNHIS/MCMV Sub 50, especialmente considerando o processo seletivo instituído por Portaria MCID nº 673, de 11 de julho de 2024, e demais normativos aplicáveis ao programa e às transferências voluntárias/repasse.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS

A Prefeitura Municipal de Itabela/BA busca, com apoio do Governo Federal/Ministério das Cidades, viabilizar soluções de provisão habitacional e qualificação urbana para minimizar o sofrimento de 50 famílias elencadas prioritariamente, atendendo aos requisitos do programa, com execução responsável, transparente, eficiente e em conformidade com a legislação de licitações e contratos.

Há interesse recíproco entre:

- **União/Ministério das Cidades/Agente Operador/Mandatário**, quanto ao atingimento das metas físicas e sociais do programa habitacional e à adequada aplicação dos recursos; e
- **Município de Itabela/BA**, quanto à redução do déficit habitacional local, à mitigação de riscos socioambientais, à melhoria de salubridade e mobilidade urbana, e ao fortalecimento da dignidade e cidadania das famílias beneficiadas.

## 3. RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA

A proposta se relaciona diretamente com os objetivos e diretrizes do programa por:

- enfrentar o crescimento de famílias vivendo em condições precárias e insalubres, com risco à integridade e saúde;
- promover habitação adequada, como condição essencial ao exercício pleno da cidadania, com padrão mínimo de dignidade;
- induzir melhorias urbanas associadas (pavimentação e drenagem), reduzindo alagamentos, erosões, doenças de veiculação hídrica, e elevando a qualidade de vida.

## 4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo priorizado inclui:

- Idosos em situação de risco;
- Mães solo em situação insalubre;
- Famílias com falta e/ou pouca habitabilidade, em vulnerabilidade socioeconômica, conforme critérios de enquadramento do programa e normativos correlatos, e conforme cadastro/seleção a ser conduzida pelo Município e instâncias competentes (incluindo regras de priorização, transparência e controle social).



## 5. PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A população beneficiária é majoritariamente composta por pessoas em condições de pobreza material e, em muitos casos, com baixa escolaridade e pouco acesso a informações sobre higiene, saúde preventiva, preservação do meio ambiente, qualidade de vida, com autoestima fragilizada. A desagregação familiar é fator adicional de vulnerabilidade, demandando atuação social estruturada e continuada durante a implantação do empreendimento habitacional, com ações socioeducativas e acompanhamento.

## 6. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se:

- entrega de **50 UHs** com desempenho, segurança, salubridade e habitabilidade adequadas;
- redução do déficit habitacional e mitigação de situações de risco/insalubridade;
- execução de **pavimentação com drenagem** com desempenho e durabilidade, reduzindo lama/poeira, alagamentos e patologias do pavimento;
- implementação efetiva do **Trabalho Social (TS)**, fortalecendo vínculos comunitários, uso e conservação da moradia, educação sanitária e ambiental, e acesso a serviços;
- regularidade técnica e documental para **prestação de contas** e aceite do objeto.

## 7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

A contratação observará, dentre outras, as seguintes referências (sem prejuízo de outras constantes do Edital e anexos):

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e regulamentos aplicáveis;
- Regras do regime de Contratação Integrada (conceito e deveres do contratado; anteprojeto; matriz de riscos; limites de alteração contratual e responsabilidades);
- Normas técnicas ABNT e manuais técnicos pertinentes (projetos, execução, ensaios, segurança do trabalho, acessibilidade, drenagem e pavimentação);
- Normativos do Ministério das Cidades / FNHIS / MCMV Sub 50, inclusive Portaria MCID nº 673/2024 e demais atos correlatos (seleção, diretrizes, requisitos e acompanhamento), e exigências do Agente Operador/Mandatário;
- Legislação urbanística, ambiental e de posturas local, e normas de concessionárias (água/esgoto/energia).

## 8. DEFINIÇÕES (GLOSSÁRIO OPERACIONAL)

Para fins deste TR, adota-se:



- **Contratação Integrada:** regime em que o contratado é responsável pela elaboração dos projetos e execução integral do empreendimento, assumindo responsabilidades e riscos definidos, com base em anteprojeto da Administração, e matriz de riscos;
- **Anteprojeto:** documento técnico que define necessidades, parâmetros, desempenho, métodos construtivos desejados (quando aplicável), diretrizes e resultados a serem alcançados;
- **BIM/IFC:** metodologia/modelagem da informação da construção, com interoperabilidade por arquivo **IFC** (formato aberto) e compatibilização interdisciplinar;
- **TS (Trabalho Social):** conjunto de ações e produtos sociais vinculados à provisão habitacional e ao acompanhamento das famílias beneficiárias, conforme exigências do programa;
- **Evento de pagamento:** meta fechada, verificável e aceita, que gera direito ao pagamento (vedado pagamento por simples consumo de insumos).

## 9. OBJETO

Contratação integrada de empresa especializada para:

4. Elaborar, desenvolver, compatibilizar e entregar os **projetos** (básico e executivos, incluindo complementares), memoriais, especificações, planos e estudos necessários;
5. Obter licenças/autorizações aplicáveis (quando atribuídas ao contratado, conforme Matriz de Responsabilidades);
6. Executar integralmente as obras e serviços de engenharia, incluindo:
  - a) **50 UHs** (padrão arquitetônico mínimo, desempenho, acessibilidade quando aplicável, instalações e acabamento conforme anteprojeto e normas),
  - b) **Infraestrutura associada** ao empreendimento (ligação às redes, drenagem local, acessos internos, etc., conforme anteprojeto),
  - c) **Pavimentação com drenagem** em trechos/vias indicadas (microdrenagem, bocas de lobo, poços de visita, sarjetas, meios-fios, dissipadores, recomposição de passeios, sinalização horizontal e vertical quando aplicável),
7. Executar comissionamentos, ensaios de controle tecnológico, testes de estanqueidade/pressão (hidrossanitário), testes elétricos, e entregar as obras aptas ao uso;
8. Implementar o **Trabalho Social (TS)** conforme escopo e produtos deste TR;
9. Entregar documentação “as built”, manuais, garantias e demais elementos para recebimento provisório e definitivo.

## 10. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA



A adoção da Contratação Integrada se justifica pela complexidade e necessidade de integração entre projeto e execução, com otimização de soluções técnicas, prazos e gestão de interfaces (habitação + infraestrutura + pavimentação/drenagem), com responsabilidade concentrada em um único contratado, reduzindo fragmentações, desde que haja **anteprojeto robusto, critérios de habilitação adequados, matriz de riscos clara e eventos de pagamento vinculados a entregas**.

## 11. SOLUÇÃO COMO UM TODO

O escopo inclui, no mínimo:

### 11.1. Projetos, estudos e documentação técnica

- Levantamentos topográficos planialtimétricos cadastrais (padrão ABNT e exigências locais);
- Investigações geotécnicas (mínimo: sondagens SPT em quantidade suficiente para o empreendimento e para trechos de pavimentação/drenagem, com laudos e ART/RRT);
- Projeto básico e executivo de arquitetura das UHs e implantação;
- Projetos complementares das UHs;
- Projetos de pavimentação e drenagem;
- Projetos de canteiro, logística, segurança do trabalho e sinalização de obras;
- Planos;
- Compatibilização interdisciplinar (BIM/IFC) antes do início da obra física (ver item 22).

### 11.2. Execução das obras e serviços

- Implantação de canteiro, tapumes, segurança e sinalização;
- Terraplenagem e preparação do terreno (conforme projeto);
- Execução das fundações e estruturas;
- Execução de vedações, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas;
- Execução das instalações elétricas e hidrossanitárias completas;
- Execução de urbanização/infraestrutura do empreendimento (conforme anteprojeto);
- Execução da pavimentação e drenagem nos trechos definidos;
- Controle tecnológico e ensaios: concreto, compactação, CBR (se aplicável), granulometria, betuminosos, etc.;
- Limpeza final, comissionamento, testes e entrega.

### 11.3. Trabalho Social (TS)



Implementação do Trabalho Social nos termos do item 21, com equipe mínima, produtos, evidências e vinculação a eventos de pagamento.

## 12. LOCAL DE EXECUÇÃO

- UHs: área(s) definida(s) no Anteprojeto e Anexos (matrícula, croqui, coordenadas, condicionantes urbanísticas).
- Pavimentação/drenagem: vias/trechos definidos no Anteprojeto e Anexos (mapas, extensão, seção-tipo, pontos de drenagem).

## 13. PRAZOS

Ficam estabelecidos os seguintes prazos para a presente contratação:

- **Prazo de execução (projetos e obras):** 14 (quatorze) meses, sendo até 2 (dois) meses destinados à elaboração, compatibilização e aprovação dos projetos, e até 12 (doze) meses destinados à execução das obras e serviços de engenharia.
- **Prazo de vigência contratual:** 18 (dezoito) meses, contemplando mobilização, execução, recebimento provisório, eventuais ajustes, obtenção de documentos de regularização e recebimento definitivo.

**Observação:** Caso haja exigência do programa financiador ou do agente mandatário quanto à definição de marcos intermediários, estes deverão ser incorporados ao cronograma físico-financeiro por meio de eventos de pagamento.

## 14. ESTIMATIVA DE VALOR E ORÇAMENTO

A estimativa de valor da contratação será composta conforme metodologia adotada pela Administração e pelo programa, observando:

- referências oficiais (SINAPI/SICRO ou equivalentes, quando aplicável);
- composição de BDI;
- custos indiretos e riscos conforme matriz de riscos;
- compatibilidade com limites do programa (quando aplicável).

Na Contratação Integrada, o licitante deverá apresentar proposta global e, quando exigido, orçamento detalhado conforme regras do edital e anexos.

## 15. PARCELAMENTO DO OBJETO

Considerando a natureza da Contratação Integrada e a necessidade de compatibilização entre projetos e execução das Unidades Habitacionais e das obras de pavimentação e drenagem, o objeto será contratado de forma única e indivisível, não sendo adotado o parcelamento em lotes.



A unificação do objeto visa garantir:

- integração técnica entre as disciplinas de projeto e execução;
- compatibilização adequada das soluções construtivas;
- gestão contratual centralizada;
- mitigação de riscos de interface entre diferentes contratadas;
- maior eficiência na fiscalização e no cumprimento dos prazos.

Dessa forma, o certame será estruturado com julgamento global do objeto, conforme definido no Edital.

## 16. REQUISITOS GERAIS DE DESEMPENHO, QUALIDADE E SEGURANÇA

O contratado deverá assegurar, no mínimo:

- atendimento às normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas);
- durabilidade, manutenibilidade e segurança estrutural;
- desempenho mínimo de materiais e sistemas;
- estanqueidade e ausência de infiltrações patológicas;
- atendimento a requisitos de acessibilidade quando aplicável;
- conformidade com regras ambientais e de segurança do trabalho;
- rastreabilidade de materiais críticos e controle tecnológico.

## 17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO

O julgamento será pelo **menor preço**, observada a conformidade técnica da proposta com o Anteprojeto, este TR, e exigências do Edital.

A Administração poderá prever mecanismos de verificação de exequibilidade, inclusive:

- análise de composição e coerência dos custos;
- comprovação de produtividade;
- coerência entre cronograma e custo;
- atendimento a encargos sociais, BDI e tributos.

## 18. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REGRAS PARA CONSÓRCIOS

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação.





A vedação se justifica em razão da natureza integrada do objeto, da necessidade de centralização de responsabilidades técnicas, da alocação clara de riscos contratuais e da gestão unificada do empreendimento, especialmente quanto à compatibilização de projetos, execução das obras e cumprimento dos eventos de pagamento..

## **19. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO POR METAS (EVENTOS DE PAGAMENTO)**

Considerando o regime de Contratação Integrada, o pagamento será vinculado ao **aceite integral de metas/eventos fechados**, vedado pagamento por simples medição mensal de insumos.

### **19.1. Regras gerais**

- a) Cada evento terá critérios objetivos de aceite (checklist e evidências);
- b) O pagamento somente ocorrerá após:
  - entrega completa do evento;
  - verificação e aceite pela fiscalização/gestão;
  - apresentação de evidências técnicas (laudos, “as built” parcial, relatórios fotográficos, ensaios, ART/RRT);
- c) Eventos que dependam de aprovação de terceiros (concessionárias/licenças) deverão ter fluxo definido e responsabilidades claras na matriz.

### **19.2. Quadro de eventos e pesos percentuais (modelo mínimo – ajustar ao Anteprojeto e planilha)**

#### **Evento 1 – Mobilização, Plano de Ataque e Canteiro Implantado (5%)**

- Tapumes, instalações provisórias, sinalização, equipe técnica mobilizada, plano de execução aprovado.

#### **Evento 2 – Sondagens SPT, Levantamentos, Estudos e Diagnósticos (5%)**

- SPT executado e laudos emitidos; topografia entregue; relatório de diagnóstico para fundações e pavimentação/drenagem.

#### **Evento 3 – Projetos Compatibilizados (BIM/IFC) + Aprovações/Licenças (10%)**

- Entrega de projetos básico e executivos completos, compatibilizados, em IFC e formatos editáveis; memoriais; cronograma executivo; licenças/anuências previstas.

#### **Evento 4 – Infraestrutura/Implantação do Empreendimento Habitacional (10%)**

- Terraplenagem/arruamento interno (se houver), drenagem interna, redes internas e ligações conforme anteprojeto.

#### **Evento 5 – Fundações e Estruturas das 50 UHs Concluídas (15%)**

- Estruturas concluídas e aprovadas com controle tecnológico.



## **Evento 6 – Vedações, Coberturas e Esquadrias das 50 UHs (10%)**

- Envoltória concluída e estanqueidade inicial verificada.

## **Evento 7 – Instalações (Elétrica e Hidrossanitária) das 50 UHs (10%)**

- Instalações executadas, testadas e com laudos.

## **Evento 8 – Acabamentos e Conclusão Arquitetônica das 50 UHs (15%)**

- Revestimentos/pisos/pinturas e itens finais.

## **Evento 9 – Pavimentação com Drenagem (Infraestrutura Viária Completa) (15%)**

- Drenagem executada e testada; pavimento concluído conforme controle tecnológico; sinalização (quando aplicável).

## **Evento 10 – Trabalho Social (TS) – Produtos e Evidências (5%)**

- Entrega dos produtos do TS conforme item 21, com relatórios e listas de presença.

## **Evento 11 – Comissionamento, Documentação Final, “As Built”, Treinamentos e Entrega (5%)**

- Manual do usuário/manutenção; garantias; “as built”; relatórios finais; aceite provisório.

Total: **100%**

Observação 1: A Administração poderá desdobrar eventos por “UHs – blocos/quadras” e por “trechos de via”, desde que se mantenha a lógica de evento fechado e aceito.  
Observação 2: O Evento 10 (TS) pode ser distribuído ao longo do contrato (por exemplo, 1% + 2% + 2%), mantendo aceites por produto.

## **20. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES (PROJETOS, APROVAÇÕES E INTERFACES)**

Deverá constar no Edital/Contrato e ser coerente com este TR:

### **20.1. Responsabilidades mínimas da Contratada**

- Elaboração e compatibilização de projetos básico e executivos;
- Sondagens SPT e estudos geotécnicos;
- Dimensionamento e solução de fundações;
- Projetos de pavimentação e drenagem;
- Controle tecnológico e ensaios;
- ART/RRT de todos os responsáveis;
- Licenças/anuências quando atribuídas (ambiental simplificada, alvarás, aprovações técnicas), conforme matriz;
- Interação técnica com concessionárias (energia/água/esgoto) e adequações necessárias.



## 20.2. Responsabilidades mínimas da Administração

- Disponibilização do terreno/áreas (regularidade dominial e autorização de uso conforme programa);
- Definição e disponibilização do Anteprojeto e seus anexos;
- Designação de fiscalização e gestão;
- Apoio institucional para trâmites internos e articulação com órgãos locais;
- Definição/validação do cadastro e seleção final de beneficiários (quando aplicável ao fluxo do programa).

## 21. ESCOPO DO TRABALHO SOCIAL (TS) – OBRIGATÓRIO E DETALHADO

Considerando exigências típicas dos programas habitacionais com repasse (FNHIS/MCMV), o TS deverá ser tratado como produto contratual obrigatório, com orçamento suficiente e evidências auditáveis.

### 21.1. Objetivos do TS

- fortalecer a organização comunitária e a participação social;
- apoiar as famílias na adaptação à nova moradia e no uso adequado dos sistemas;
- promover educação sanitária, ambiental e patrimonial;
- apoiar ações de convivência, prevenção de conflitos e fortalecimento de vínculos;
- apoiar encaminhamentos a serviços públicos (saúde, assistência, educação), quando cabível.

### 21.2. Equipe mínima obrigatória

A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

- **1 (um/uma) Assistente Social**, com registro ativo no **CRESS**, responsável técnico pelo TS;
- **1 (um/uma) profissional de apoio** (pode ser educador social, psicólogo, pedagogo, agente social ou equivalente), conforme plano;
- Apoio administrativo para registros, evidências e relatórios.

A equipe deverá estar formalmente designada, com comprovação documental e disponibilidade compatível com o cronograma.

### 21.3. Frequência mínima e metodologia

- Reuniões/encontros com beneficiários: **mínimo quinzenal** durante a fase social intensiva (a definir por cronograma), e **mínimo mensal** nas demais fases;
- Visitas domiciliares: amostragem mínima definida no Plano de TS (sugestão: 20% das famílias/mês no período de obra, e 100% até a entrega);



- Oficinas temáticas obrigatórias (mínimo):

## **21.4. Produtos obrigatórios (entregáveis)**

- **Plano de Trabalho Social (PTS)** (até o Evento 3 ou conforme cronograma);
- **Diagnóstico socioeconômico e territorial** do público beneficiário;
- **Relatórios mensais** com:
- **Relatório final consolidado** do TS, com evidências e lições aprendidas;
- Materiais educativos (cartilhas/folhetos) em linguagem acessível.

## **21.5. Vinculação do TS a pagamento**

O TS integrará os eventos de pagamento (Evento 10 ou parcelas), com aceite condicionado à entrega integral dos produtos e evidências.

## **22. REQUISITOS DE PROJETOS EXECUTIVOS E COMPATIBILIZAÇÃO (BIM/IFC) – OBRIGATÓRIO**

Para reduzir riscos de incompatibilidades e aditivos por falhas de projeto, a Contratada deverá:

- a) Elaborar projetos executivos **compatibilizados** entre arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidrossanitárias, drenagem e pavimentação;
- b) Entregar modelos e pranchas em:

- **IFC (formato aberto)** para interoperabilidade;
  - formatos editáveis (ex.: DWG/DXF e/ou outro indicado no Edital);
  - PDF para emissão e controle;
- c) Executar rotinas de detecção de conflitos (clash detection) e apresentar relatório de compatibilização;
- d) Obter aprovação formal da Administração para início da obra física, após validação do conjunto compatibilizado (Evento 3).

## **23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO) – PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA**

Este TR define critérios mínimos e objetivos para qualificação técnica, com fundamento no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo o Edital refletir estas exigências.

### **23.1. Qualificação Técnica:**

23.1.1.. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade, compatível com as atividades de engenharia civil, elétrica e arquitetura.

23.1.2. Qualificação Técnica operacional, apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome



do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, conforme segue:

## **Parcela A – Obras habitacionais (edificações residenciais)**

- Execução de obras residenciais/habitacionais com complexidade equivalente.

## **Parcela B – Drenagem urbana/microdrenagem**

- Execução de redes de drenagem (galerias, PVs, bocas de lobo, etc.).

## **Parcela C – Pavimentação**

- Execução de pavimento (asfáltico ou intertravado, conforme anteprojeto), incluindo base/sub-base e controle tecnológico.

## **Parcela D – Elaboração de projetos complementares**

- Comprovação de capacidade técnica para elaboração de projetos executivos complementares, especialmente: estrutural, elétrico e hidrossanitário, além de drenagem/pavimentação.

### **23.1.3. Comprovação por atestados**

A licitante deverá comprovar, por atestados operacionais referentes à execução de:

- **Obras residenciais** com **área mínima equivalente a até 50%** da área total do empreendimento a contratar (parâmetro a ser calculado e indicado no Edital a partir do anteprojeto e quantitativos);
- Execução de **drenagem urbana** com quantitativos mínimos (a definir em metros de rede/quantidade de dispositivos, tomando como base o anteprojeto);
- Execução de **pavimentação** com quantitativos mínimos (m<sup>2</sup> ou extensão, conforme anteprojeto);

23.1.4. Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA) da região a que estiver vinculado;

23.1.5 Qualificação técnica-Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

Além disso, exigir comprovação de que o **responsável técnico** indicado:

- c) já elaborou e foi responsável por **projetos complementares** (estrutural, elétrico e hidrossanitário);
- d) possui experiência compatível com a disciplina de drenagem/pavimentação.

**23.1.6.** Deverá apresentar equipe técnica mínima, sendo que o Responsável Técnico e os demais membros da equipe não poderão configurar em mais de uma função, na forma prevista do Edital, conforme quadro abaixo:

### **Equipe técnica mínima**



- Engenheiro(a) Civil – responsável técnico geral (CRT/CREA ativo);
- Engenheiro(a) Civil/Geotécnico(a) – fundações e contenções
- Engenheiro(a) Eletricista (ou Engenheiro(a) Civil com atribuições) – instalações;
- Profissional habilitado para hidrossanitário;
- Profissional BIM/compatibilização (ou empresa subcontratada autorizada conforme edital);
- Assistente Social (CRESS) – TS.

23.1.7. A comprovação de vínculo profissional será efetuada por meio da apresentação da cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou ainda do contrato de trabalho ou prestação de serviços.

23.1.8 A comprovação de vínculo profissional dos técnicos indicados será feita mediante cópia da CTPS, contrato social, contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de contratação futura.

23.1.9. Admitir-se-á o somatório de atestados para comprovação das quantidades mínimas, bem como a participação em consórcio para suprir lacunas de acervo entre construtora e projetista, conforme previsto no item de Participação deste Edital.

23.1.10. Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais

13.11.11. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar das obras objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura.

## **23.5. Observações de boas práticas**

- O Edital deve anexar quadro-resumo dos quantitativos do anteprojeto (áreas, extensão de via, drenagem) para dar segurança e objetividade às exigências.
- Vedada exigência de marca, origem ou requisito que restrinja competitividade sem justificativa técnica.

## **24. ALOCAÇÃO DE RISCO GEOTÉCNICO**

Considerando a Contratação Integrada e a necessidade de reduzir aditivos por “surpresas” geotécnicas, fica estabelecido:

### **24.1. Responsabilidade exclusiva da Contratada**

- a) A Contratada será **integralmente responsável** por executar as **sondagens SPT** e demais investigações necessárias, em quantidade e profundidade compatíveis;
- b) A Contratada será **integralmente responsável** pelo **dimensionamento e solução de fundações**, contenções e demais medidas decorrentes das condições do solo;
- c) Não serão admitidos pleitos de reequilíbrio/aditivos financeiros decorrentes de condições do solo que deveriam ter sido identificadas e consideradas nos estudos e projetos de





responsabilidade da Contratada, salvo hipóteses expressamente previstas na Matriz de Riscos como risco da Administração (a ser excepcional e devidamente justificado).

## **24.2. Evidências e controle**

- Laudos SPT assinados e ART/RRT;
- Memória de cálculo/dimensionamento de fundações;
- Relatório de compatibilização projeto x condição real.

## **25. MATRIZ DE RISCOS (ESTRUTURA MÍNIMA)**

A Matriz de Riscos deverá integrar o Edital e Contrato, estabelecendo, no mínimo:

- **Riscos do contratado (exemplos mínimos):**
- **Riscos da Administração (exemplos a avaliar):**

A matriz deve prever gatilhos, evidências e procedimento para pleitos.

## **26. LICENCIAMENTO, APROVAÇÕES E “HABITE-SE”**

A Contratada deverá:

- elaborar os projetos e documentos para aprovação;
- cumprir condicionantes de licenças aplicáveis;
- apoiar a obtenção do “Habite-se” (ou documento equivalente) e demais autorizações, conforme definido na matriz de responsabilidades e legislação local.

## **27. CONTROLE TECNOLÓGICO E GARANTIA DA QUALIDADE**

A Contratada deverá implementar, no mínimo:

- Plano de Controle Tecnológico aprovado;
- Ensaios e laudos: concreto, aço, compactação, CBR (quando aplicável), granulometria, ligantes/asfalto (quando aplicável), estanqueidade;
- Registro fotográfico e rastreabilidade;
- Relatórios de não conformidade e tratativas;
- “Checklists” por evento para aceite e pagamento.

## **28. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

Obrigatório:

- PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e demais documentos legais;
- sinalização e isolamento;
- treinamento e EPIs;
- gestão de tráfego local durante pavimentação/drenagem;





- plano de emergência e primeiros socorros.

## 29. GESTÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS (PGRCC)

Obrigatório:

- PGRCC com segregação, transporte e destinação;
- controle de poeira/ruído;
- prevenção a assoreamento/erosão;
- recomposição de áreas e limpeza final;
- comprovação documental da destinação.

## 30. COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE

A Contratada deverá:

- informar cronogramas de intervenções viárias;
- manter canal de atendimento;
- alinhar comunicação com TS (quando pertinente).

## 31. FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNANÇA DO CONTRATO

A Administração designará:

- gestor do contrato;
- fiscais (técnico, administrativo e setorial, se aplicável).

A Contratada deverá:

- disponibilizar preposto;
- realizar reuniões periódicas (semanal/quinzenal) com atas;
- manter diário de obra e relatórios;
- manter atualização do cronograma por evento.

## 32. MEDIÇÃO, ACEITE E RECEBIMENTO

### 32.1. Medição

A medição será por **evento/metas aceitas**, com checklists e evidências.

### 32.2. Recebimento provisório

Condição mínima:

- obra concluída e operável;
- “as built” e manuais preliminares;
- testes e laudos entregues;



- pendências listadas e plano de correção.

### **32.3. Recebimento definitivo**

Condição mínima:

- correção das pendências;
- entrega final de documentação;
- conformidade com garantia, treinamentos e condições contratuais.

### **33. DOCUMENTAÇÃO FINAL (“AS BUILT” E MANUAIS)**

Entrega obrigatória:

- projetos “as built” (IFC + editáveis + PDF);
- manuais de operação/uso e manutenção para beneficiários;
- garantias e certificados;
- relatórios de controle tecnológico e comissionamento;
- relatório final do TS.

### **34. GARANTIAS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E RESPONSABILIDADES**

A Contratada responderá por:

- vícios e defeitos;
- estabilidade e segurança;
- conformidade técnica e desempenho.

O Edital/Contrato definirá:

- prazos de garantia por sistema;
- procedimento de acionamento;
- prazo de atendimento e penalidades.

### **35. PENALIDADES E SANÇÕES**

Aplicação conforme Lei nº 14.133/2021 e minuta contratual, incluindo:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade;  
observado contraditório e ampla defesa.

### **36. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (RESUMO)**



- elaborar projetos completos e compatibilizados;
- executar obras com qualidade e segurança;
- assumir risco geotécnico (sondagens e fundações) conforme item 24;
- cumprir eventos de pagamento e evidências;
- executar TS com equipe mínima e produtos;
- cumprir normas ambientais e SST;
- entregar documentação final.

## **37. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (RESUMO)**

- fornecer anteprojeto e parâmetros;
- designar fiscalização/gestão;
- promover análise e aceite tempestivo dos eventos;
- realizar pagamentos conforme eventos aceitos;
- apoiar articulações institucionais quando sob sua alçada;
- cumprir obrigações do programa/repasse e prestação de contas.

## **38. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO POR DISCIPLINA (CHECKLIST SINTÉTICO)**

### **38.1. Projetos**

- compatibilização comprovada (relatório de conflitos);
- IFC + editáveis + PDF;
- memoriais e especificações;
- atendimento às normas e anteprojeto.

### **38.2. Geotecnia e fundações**

- SPT conforme plano;
- laudos e ART;
- dimensionamento coerente;
- execução conforme projeto e controle.

### **38.3. UHs**

- conformidade dimensional e funcional;
- estanqueidade;
- instalações testadas;
- acabamentos conforme especificações;
- limpeza e condições de uso.



## **38.4. Drenagem**

- execução conforme projeto;
- testes, inspeções e registros;
- recomposição de áreas e lançamento adequado.

## **38.5. Pavimentação**

- controle tecnológico;
- espessuras e compactação;
- acabamento e regularidade;
- sinalização e segurança.

## **38.6. TS**

- equipe mínima comprovada;
- relatórios e evidências;
- participação e produtos entregues.

## **39. ANEXOS (LISTA MÍNIMA – DEVEM INTEGRAR O EDITAL)**

10. **Anteprojeto** (implantação, parâmetros, tipologias, padrões mínimos, desempenho);
11. Mapas e poligonais (UHs e vias);
12. Planilha de quantitativos referenciais (Administração);
13. Especificações técnicas mínimas e padrões de materiais;
14. Diretrizes de pavimentação/drenagem (seções-tipo e critérios de dimensionamento);
15. Matriz de Riscos;
16. Minuta contratual;
17. Modelo de cronograma por eventos e checklists de aceite;
18. Termo de compromisso de entrega em IFC e formatos editáveis;
19. Termo de Referência do Trabalho Social (versão detalhada com PTS e produtos);
20. Regras de interface com concessionárias;
21. Regras de prestação de contas e evidências exigidas pelo programa/mandatário (quando aplicável).

## **40. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este TR deverá ser lido em conjunto com o ETP, Anteprojeto, Matriz de Riscos, Edital e Minuta Contratual. Em caso de inconsistência entre prazos, prevalece o item 13 deste TR.



O pagamento por eventos é condição essencial do regime adotado, e a alocação do risco geotécnico nos termos do item 24 é premissa para segurança jurídica do certame.

## ANEXO II



## ANTEPROJETO/ PLANILHAS/MEMORIAL/ COMPOSIÇÕES/BDI

LINK:

[https://drive.google.com/drive/folders/1AR\\_3j1hbHVbuu833g3dEcbm8xsXpw-GC?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1AR_3j1hbHVbuu833g3dEcbm8xsXpw-GC?usp=drive_link)



# Prefeitura Municipal de Itabela

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**

**TIPO:**

**MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2025**

**PARTES:**

**CONTRATANTE:**

\_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, na  
cidade de \_\_\_\_\_, CEP XXXXXXXXX – UF, inscrita no CNPJ/MF  
N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representado pelo seu  
\_\_\_\_\_, **senhor**  
\_\_\_\_\_, portador do CPF N.  
XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, na  
cidade de \_\_\_\_\_, CEP XXXXXXXXX – UF, inscrita no CNPJ/MF  
N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu  
\_\_\_\_\_, **senhor**  
\_\_\_\_\_, portador do CPF N.  
XXX.XXX.XXX-XX, **E-MAIL** \_\_\_\_\_, **INSTITUCIONAL:**  
\_\_\_\_\_, doravante  
denominada **CONTRATADA**,

têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Licitatório nº. 001/2026, modalidade **Concorrência Eletrônica** nº. 001/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a **elaboração dos projetos (Básico e Executivo) e a execução das obras e serviços de engenharia visando a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais no município de Itabela – BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do CONTRATADO;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de **contratação integrada**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de **XXXXXXXX**, com início em **[dia/mês/ano]** e encerramento em **[dia/mês/ano]**, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 107 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos, desde que haja autorização da autoridade competente e que seja demonstrada a vantagem da medida.





2.3. O prazo de execução do objeto (elaboração de projetos e execução da obra) será de **14 meses**, contado a partir da emissão da **Ordem de Início**, conforme cronograma físico-financeiro anexo ao Termo de Referência.

2.4. A prorrogação de que trata o item 2.1 não se confunde com a prorrogação do prazo de execução, a qual deverá ser formalizada mediante termo aditivo, com a devida justificativa e demonstração de que o atraso não decorreu de culpa exclusiva do CONTRATADO.

2.5. Na hipótese de prorrogação da vigência, o CONTRATADO deverá promover a extensão da validade da garantia de execução (caso exigida), sob pena de rescisão contratual.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **XXXXXXX** do valor total do contrato, mediante prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, conforme previsto no Termo de Referência.

4.2. A subcontratação não exime o **CONTRATADO** de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo este integralmente responsável perante o **CONTRATANTE** pela qualidade e prazos de execução de todo o objeto, inclusive das parcelas subcontratadas.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que:

4.3.1. Esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.3.2. Tenha participado da elaboração do Anteprojeto de Engenharia que serviu de base para esta licitação.

4.4. O **CONTRATADO** compromete-se a monitorar a regularidade fiscal e trabalhista das empresas subcontratadas, bem como o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho no canteiro de obras.

4.5. Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo definidas no edital, salvo se houver previsão específica e fundamentada no Termo de Referência.

4.6. A subcontratação de serviços de **elaboração de projetos** (Básico e Executivo) deverá ser comunicada formalmente ao Município, acompanhada da indicação do responsável técnico e respectiva ART/RRT.

## CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO



5.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até [Inserir Prazo, ex: 10 ou 15] dias úteis, contados do recebimento definitivo da fatura, mediante a apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Recebimento Provisório da respectiva etapa/meta.

5.2. Por tratar-se de Contratação Integrada, os pagamentos serão realizados com base no cumprimento das Metas Físicas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro aprovado, conforme abaixo exemplificado:

- Meta 1: Entrega e aprovação dos Projetos (Básico e Executivo);
- Meta 2: Conclusão de Infraestrutura (Terraplanagem e Fundações);
- Meta 3: Conclusão de Alvenaria e Cobertura;
- Meta 4: Acabamentos e Instalações;
- Meta 5: Entrega Final e "Habite-se".

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal (FGTS e Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas e Tributários).

5.4. Reajuste: Os preços iniciais serão reajustados após o interregno de 01 (um) ano, contado da data [da proposta / do orçamento estimado], pela variação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) ou outro que venha a substituí-lo.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos auxiliares, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data da devida retificação.

5.6. O CONTRATANTE efetuará a retenção de tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, conforme determinado pela legislação vigente, sobre o valor bruto da fatura.

5.7. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco [Inserir Banco], Agência [Inserir Ag.], Conta [Inserir Conta].

## CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais e gestores designados pelo **CONTRATANTE**, ou por comissão de fiscalização, nos termos dos artigos 7º e 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O representante do **CONTRATANTE** anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade do **CONTRATANTE**.

6.4. O **CONTRATADO** deverá manter no local da obra, durante todo o período de execução, um **Preposto** aceito pela Administração para representá-lo, além de manter o **Diário de Obra** atualizado diariamente.



- 6.4.1. No Diário de Obra deverão ser registrados o efetivo de pessoal, equipamentos em operação, condições climáticas, serviços executados e eventuais ordens de serviço emitidas pela fiscalização.

6.5. Na **Contratação Integrada**, a fiscalização incidirá especialmente sobre:

- A conformidade dos **Projetos Básico e Executivo** com o Anteprojeto fornecido no edital;
- O cumprimento das metas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;
- A qualidade dos materiais e o cumprimento das normas técnicas (ABNT) de desempenho habitacional.

6.6. O **CONTRATANTE** poderá contratar serviços de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais com informações pertinentes a essa atribuição, conforme o art. 117, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.7. As divergências entre a fiscalização e o **CONTRATADO** serão decididas pelo Gestor do Contrato, com recurso para a autoridade superior, se necessário.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, conforme o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a devida correção às expensas da contratada;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
- Efetuar o pagamento do valor correspondente à execução do objeto, conforme os prazos e condições estabelecidos;
- Aplicar as sanções previstas em lei e neste contrato em caso de inadimplemento;
- Não praticar atos de ingerência na administração interna do **CONTRATADO**, como fixar salários ou estabelecer vínculo de subordinação com seus funcionários;
- Decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo fixado, admitida prorrogação motivada;
- Notificar o **CONTRATADO** sobre qualquer alteração posterior de projeto por parte da Administração;
- Liberar as áreas e adotar providências para a regularidade do início da execução antes da expedição da Ordem de Serviço;
- Exigir a documentação final para o recebimento definitivo, incluindo o "*As built*", carta de "*habite-se*" emitida pela prefeitura, laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros e as ligações definitivas de utilidades (água e energia).

## CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações contratuais, assumindo exclusivamente os riscos e despesas da perfeita execução do objeto, incluindo:

- Reparar ou substituir, às suas expensas, bens e serviços nos quais se verifiquem vícios ou defeitos resultantes da execução ou materiais empregados;



- Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros, independentemente da fiscalização realizada pelo CONTRATANTE;
- Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato (FGTS, CNDT e tributos federais/municipais);
- Arcar com o ônus de eventuais equívocos no dimensionamento de quantitativos em sua proposta, por tratar-se de contratação integrada;
- Alocar pessoal qualificado e fornecer todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários à obra;
- Obter as licenças, documentos e autorizações exigíveis junto aos órgãos competentes;
- Elaborar o Diário de Obra diariamente, registrando o andamento dos serviços, efetivo de pessoal e condições meteorológicas;
- Refazer trabalhos em desacordo com as especificações e garantir a solidez da obra pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo;
- Gerenciar resíduos da construção civil conforme as diretrizes do CONAMA (Resolução nº 307);
- Providenciar ligações definitivas de água, esgoto e energia elétrica para as 50 unidades habitacionais;
- Desenvolver os projetos executivos partindo das soluções do anteprojeto, garantindo a compatibilização entre todas as especialidades de engenharia;
- Participar de reunião inicial com a equipe técnica da prefeitura para esclarecimento de obrigações e fluxos de trabalho.

## **CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

9.1. As Partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução deste Contrato, devendo utilizá-los exclusivamente para o cumprimento da finalidade do objeto.

9.2. O CONTRATADO deverá implementar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

9.3. No caso de contratação de Trabalho Social (conforme previsto para o FNHIS), o CONTRATADO obriga-se a tratar os dados das famílias beneficiárias com estrito sigilo, sendo vedada a utilização dessas informações para fins comerciais, políticos ou qualquer outro alheio ao objeto contratual.

9.4. A ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados deverá ser comunicada ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

10.1. Por tratar-se de Contratação Integrada, todos os projetos (Básico e Executivo), relatórios, plantas, especificações técnicas e demais documentos produzidos pelo CONTRATADO em razão deste Contrato tornar-se-ão propriedade exclusiva do CONTRATANTE.

10.2. O CONTRATADO cede ao CONTRATANTE, de forma total, irrevogável e definitiva, todos os direitos patrimoniais de autor sobre os projetos elaborados, podendo o Município de Itabela utilizá-los, alterá-los ou reproduzi-los livremente para fins de manutenção, reforma ou ampliação das unidades habitacionais objeto deste contrato.



10.3. O CONTRATADO responde pela originalidade dos projetos, garantindo que não infringem direitos de propriedade intelectual de terceiros, assumindo total responsabilidade por eventuais questionamentos judiciais ou extrajudiciais.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Os serviços e a obra serão recebidos conforme o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021:

11.2. Recebimento Provisório: No prazo de até 15 (quinze) dias da notificação escrita do CONTRATADO sobre a conclusão da etapa ou da obra, mediante termo circunstanciado assinado pelo fiscal do contrato.

11.3. Recebimento Definitivo: No prazo de até 90 (noventa) dias a contar do recebimento provisório, após vistoria técnica que comprove a adequação integral aos projetos, normas da ABNT e especificações do Anteprojeto, mediante termo assinado pelo servidor ou comissão designada.

11.4. O recebimento definitivo das 50 casas fica condicionado à entrega, por parte do CONTRATADO, de:

- Conjunto de plantas "As Built" (como construído);
- Manuais de uso e manutenção das unidades;
- Protocolo de solicitação de "Habite-se" e Certidões Negativas de Débitos previdenciários da obra (CND/INSS);
- Comprovação de entrega das chaves e conclusão do trabalho social.

11.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pelos projetos e execução, nos termos do Código Civil e leis específicas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O **CONTRATADO** será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Contrato e na Lei n.º 14.133, de 2021.

12.2. Comete infração administrativa o **CONTRATADO** que:

12.2.1. Dar causa ao retardamento da execução do objeto, seja na fase de elaboração de projetos ou na execução física da obra;

12.2.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de facto superveniente justificável;

12.2.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.2.4. Falhar na execução do contrato, por inobservância de normas técnicas ou do Anteprojeto;

12.2.5. Fraudar a execução do contrato ou comportar-se de modo inidóneo;



12.2.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução;

12.2.7. Praticar atos ilícitos com vista a frustrar os objetivos da contratação.

12.3. Pela execução das infrações descritas, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência: por faltas leves que não acarretem prejuízos significativos;

b) Multa: na forma prevista no item 12.4 desta cláusula;

c) Impedimento de licitar e contratar: pelo prazo de até 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo Município de Itabela;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, aplicada em âmbito nacional.

#### 12.4. Da Multa:

12.4.1. Multa Moratória: Em caso de atraso injustificado na entrega de etapas/metastas do cronograma físico-financeiro, aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da respectiva etapa, até o limite de 20 (vinte) dias.

12.4.2. Multa Compensatória: Pela inexecução total ou parcial do objeto, aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6. O procedimento para aplicação de sanções observará o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a apresentação de defesa prévia pelo CONTRATADO, contado da data da sua intimação.

12.7. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Município ou cobrado da garantia de execução contratual prestada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



- poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Das indenizações e multas.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES E TERMOS ADITIVOS**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as restrições específicas do regime de Contratação Integrada.

14.2. Por tratar-se de Contratação Integrada, é vedada a alteração do valor contratual, exceto nas seguintes hipóteses (Art. 133, §4º da Lei nº 14.133/2021):

14.2.1. Alterações determinadas pela Administração no anteprojeto ou nas especificações, por razões de interesse público superveniente;

14.2.2. Ocorrência de evento de força maior ou caso fortuito que impacte diretamente o custo ou o prazo da execução;

14.2.3. Alterações legislativas supervenientes que comprovadamente onerem ou desonerem o objeto;

14.2.4. Ocorrência de condições geológicas ou hidrológicas não detectadas nos estudos preliminares, desde que previsto na Matriz de Riscos como responsabilidade do CONTRATANTE.

14.3. O CONTRATADO assume integralmente os riscos decorrentes de erros, omissões ou inconsistências nos Projetos Básico e Executivo por ele elaborados, não cabendo qualquer aditivo financeiro ou de prazo para a correção de falhas de projeto ou insuficiência de quantitativos.





14.4. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões determinados pelo CONTRATANTE até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sempre fundamentados nas exceções do item 14.2.

14.5. As alterações que impliquem modificação do valor ou do prazo deverão ser formalizadas mediante Termo Aditivo, precedido de parecer jurídico e demonstração analítica do desequilíbrio econômico-financeiro.

14.6. Variações de preço decorrentes de reajuste (anualidade) ou atualizações monetárias não caracterizam alteração do contrato e serão formalizadas por simples Apostilamento, dispensando termo aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Itabela para o exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

- **Gestão/Unidade:** [Inserir ex: Secretaria de Obras/Habitação]
- **Fonte de Recurso:** [Inserir ex: Recursos do FNHIS / Tesouro Municipal]
- **Programa de Trabalho:** [Inserir código numérico]
- **Elemento de Despesa:** [Inserir ex: 44.90.51 - Obras e Instalações]
- **Nota de Empenho:** [Inserir nº da nota de empenho inicial]

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e liberação dos créditos correspondentes, mediante simples **apostilamento**, conforme autorizado pelo art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Por tratar-se de **Contratação Integrada**, a dotação orçamentária deverá comportar tanto as despesas relativas à elaboração dos projetos (Básico e Executivo) quanto à execução integral da obra e serviços de engenharia.

15.4. A existência de dotação orçamentária é condição para a emissão de cada Ordem de Serviço ou autorização de etapa, nos termos do cronograma físico-financeiro.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as normas e princípios gerais dos contratos e da Administração Pública.

16.2. Em caso de dúvida sobre a interpretação de cláusulas contratuais na **Contratação Integrada**, prevalecerá o entendimento que melhor garanta o desempenho e a funcionalidade da obra conforme os objetivos do Anteprojeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, como condição indispensável para a sua eficácia.



17.2. O contrato também será divulgado no sítio oficial do Município de Itabela na Internet, em atenção à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

17.3. A publicação do extrato do contrato deverá ocorrer no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após a sua assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Itabela/BA** para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Contrato que não puderem ser resolvidas por meio de conciliação ou mediação administrativa.

Itabela /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

*Autoridade Competente*

*Representante Legal do Fornecedor*

De acordo:

*Assessor Jurídico*

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**NOME:**

**CPF:**

\_\_\_\_\_  
**NOME:**

**CPF:**



## ANEXO IV

### ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (OPCIONAL)

Atestamos, para os devidos fins que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF no. \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ através do engenheiro Sr. \_\_\_\_\_, CREA nº. \_\_\_\_\_, realizou a visita técnica e tomou conhecimento das condições e possíveis locais onde serão executados os **SERVIÇOS** conforme detalhado no **edital**, objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº /2026, em atendimento ao Edital respectivo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2026.

Engenheiro ou arquiteto credenciado pela empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

CREA: \_\_\_\_\_